

A LÍNGUA PORTUGUESA NOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - UM CASO DE INCLUSÃO OU EXCLUSÃO DA LINGUAGEM COLOQUIAL?¹

THE PORTUGUESE LANGUAGE IN THE NATIONAL CURRICULAR PARAMETERS – A CASE OF INCLUSION OR EXCLUSION OF THE COLLOQUIAL LANGUAGE?

Lizane Pereira Becker² e Célia Helena Pelegrini Della Mía³

RESUMO

Nesta pesquisa, aborda-se o tratamento da língua portuguesa nos parâmetros curriculares nacionais e, mais especificamente, discute-se a ideia de inclusão ou exclusão da linguagem coloquial. A escolha pelo tema justifica-se pelas inúmeras inquietações que permeiam a ação docente dos profissionais de língua portuguesa. Assim, na presente pesquisa, tem-se por objetivo fazer uma releitura das Diretrizes Curriculares Nacionais quanto à proposta para abordagem da língua portuguesa - padrão e coloquial - no contexto escolar. Nesse sentido, apresentam-se os ditames dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa – PCN (BRASIL, 1999), elaborados por Comissões designadas pelo MEC para essa finalidade, além do pensamento de autores como Marcos Bagno, Ataliba Castilho, Roxane Rojo, entre outros. Um dos principais resultados foi a verificação de que os Parâmetros Curriculares Nacionais em vigor sinalizam para o entendimento de que o papel da escola é promover a formação necessária a seus alunos, de forma que sejam usuários da língua padrão. Esse diagnóstico é alicerçado na ideia de que, com o uso dessa forma de linguagem, o indivíduo terá maior condição de ocupar posição de destaque na sociedade da qual faz parte. Conclui-se, então, que a questão não é falar certo ou errado, mas saber qual forma de fala utilizar. Resumindo, a questão não é a correção da forma, mas de sua adequação às circunstâncias de uso. Nesse sentido, os PCN não excluem a linguagem coloquial de forma contundente, mas reconhecem a linguagem padrão como a que dá ascensão social ao indivíduo.

Palavras-chave: Língua Portuguesa, linguagem coloquial, Parâmetros Curriculares Nacionais.

¹ Monografia de Especialização - UNIFRA.

² Aluna do Curso de Especialização em Língua Portuguesa - UNIFRA.

³ Orientadora - UNIFRA.

ABSTRACT

This research addresses the treatment of the Portuguese language within the National Curricular Parameters, more specifically, it discusses the idea of inclusion or exclusion of colloquial language in them. The choice for the theme is justified by the many concerns that permeate the action of professional teaching of the Portuguese language. Thus, this research aims to make a rereading of the National Curricular Guidelines regarding the proposal for the teaching approach of the Portuguese language - standard and colloquial - in school. In that sense, we present some statements of the National Curricular Parameters for Portuguese Language – PCN (BRASIL, 1999) prepared by committees appointed by MEC, besides this, there is also the thought of some authors such as Marcos Bagno, Ataliba Castilho, Roxane Rojo, among others. One of the main results was to check that the current National Curricular Parameters consider the role of school as to promote the necessary training for students, so they can be users of the standard language. This understanding is based on the idea that with the use of this form of language, the individual may have better conditions to occupy a position of prominence in society. We conclude that the issue is not about speaking right or wrong, but knowing how to caliber speech. In short, the question is not accuracy, but its suitability to the circumstances of usage. In that sense, the PCN do not exclude the colloquial language at all, but they recognize the standard language the one that may give social mobility.

Keywords: *Portuguese Language, colloquial language, National Curricular Parameters.*

INTRODUÇÃO

A motivação para a escolha da temática desta pesquisa deu-se em razão de inúmeras inquietações que permeiam a ação dos professores de língua portuguesa, principalmente dos que atuam em escolas de ensino fundamental e médio.

Essa atuação envolvendo a variação da linguagem e, principalmente, o uso da linguagem coloquial, tem sido causa de inúmeras dúvidas entre muitos docentes que se dedicam ao ensino da língua portuguesa. Assim, nesta pesquisa bibliográfica, busca-se, por meio de uma releitura dos PCN⁴ e de autores como, Marcos Bagno,

⁴ A sigla PCN, adotada ao longo desta pesquisa, refere-se aos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Ataliba Castilho, Roxane, Rojo, entre outros, que abordam o assunto, subsídios para a discussão da questão e para disponibilidade de um viés de leitura sobre o uso do coloquial como forma de ensino da Língua Portuguesa em sala de aula.

Para a concretização dos objetivos propostos, inicialmente, apresenta-se uma revisão de literatura que registra a língua portuguesa e suas variações – padrão e coloquial – e, na sequência, os ditames dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino da Língua Portuguesa. Após, apresenta-se os resultados e as discussões e, por fim, algumas considerações, a fim de marcar as limitações desta proposta e de orientar pesquisas futuras tão necessárias na área de ensino de línguas.

A LÍNGUA PORTUGUESA E SUAS VARIAÇÕES – PADRÃO E COLOQUIAL

Língua padrão: um peixe ensaboado?

Entretanto, se todos concordam com a existência e as vantagens da língua padrão, pouca gente - se é que há alguém - será capaz de descrevê-la rigorosamente. Pode-se dizer que aquilo que se chama ‘língua padrão’ é um peixe ensaboado! E tanto mais difícil será definir, quanto mais transformações sociais, políticas e econômicas se passam em curto espaço de tempo em uma sociedade, como é o caso do Brasil. De tal modo que um gramático conservador, munido de compêndios, que passasse um mês diante de noticiários de televisão ou lendo jornais e revistas acabaria por declarar, desesperado, que ninguém mais sabe falar e escrever português no país (FARACO; TEZZA, 1992, p. 78).

No entendimento de Ostrower (1983, p. 22), “as línguas são experiência coletiva, no sentido de que nelas a experiência e a criatividade individual se tornam-se anônimas”. Nesse mesmo sentido, as línguas são criações culturais; constituem o ambiente humano que age sobre o indivíduo, o qual, por sua vez, atua sobre o ambiente. Por isso, ainda que a capacidade de falar e de simbolizar seja um potencial inato, o aprendizado da fala implica um aprendizado cultural; o potencial natural da língua, cada indivíduo o realiza num dado contexto cultural.

Concordando com esse pensamento, Perini (2003, p. 25) apresenta o termo língua portuguesa como bastante ambíguo e aplicado às variedades nitidamente diferenciáveis. Desse modo, por exemplo, o autor considera que se pode distinguir claramente a fala de um português de Lisboa e de um brasileiro de Belo Horizonte,

ou ainda pode-se distinguir a fala de um indivíduo criado na cidade e com segundo grau completo da fala de uma pessoa criada no campo e sem alfabetização.

No Brasil, não se fala uma só língua, pois existem mais de duzentos falares em diversos pontos do país de sobreviventes das antigas nações. Além disso, muitas comunidades de imigrantes estrangeiros mantêm viva a língua de seus ancestrais: coreanos, japoneses, alemães e italianos (BAGNO, 1999).

Essas diferenças também existem, em menor grau, entre os habitantes das diversas regiões do país como, por exemplo, entre cariocas, gaúchos e paulistas. A essa variedade dá-se o nome de variedades geográficas.

Nessa perspectiva, segundo Bagno (1999), ao lado das variedades geográficas, tem-se as variedades de gênero, socioeconômicas, etárias, de nível de instrução, urbanas, rurais, etc., razão pela qual a língua fica diferente quando falada por um homem ou por uma mulher, por uma criança ou por um adulto, por uma pessoa alfabetizada ou por uma não alfabetizada, por uma pessoa de classe alta ou por uma pessoa de classe média ou baixa, por um morador da cidade ou por um morador do campo, e assim por diante.

Para o autor, as diferentes variedades da língua são utilizadas em situações bem definidas. Assim, qualquer pessoa modifica sua maneira de falar conforme a situação na qual esteja envolvida: discutindo no bar com os amigos ou respondendo a uma entrevista para obter emprego.

Nesse sentido, Bagno (1999) escreve que, no momento em que uma variedade de língua é escolhida para ser a variedade padrão, ela ganha tanta importância e tanto prestígio social que todas as demais variedades são consideradas “impróprias”, “inadequadas”, “feias”, “erradas”, “deficientes”, “pobres”, etc.. No entanto, essa variedade padrão passa a ser designada com o nome de língua, como se ela fosse a única representante legítima e legal dos falantes desta língua.

Da mesma forma, a variedade padrão também não poderá ser utilizada em qualquer situação. Perini (2003, p. 25) considera como impróprio para uma mesa de bar o seguinte discurso: “amigos, sugiro que discutamos hoje a sensacional vitória do nosso clube na última partida, disputada no Mineirão, e que lhe atribuamos todo o mérito de que intimamente o sabemos credor”, por entender que a formalidade empregada estaria em desacordo com a situação de uso da língua.

Assim, percebe-se que a língua, além de variar geograficamente, também muda com o tempo. Hoje, a língua que falamos, no Brasil, é diferente da falada no início da colonização e também diferente da que será falada dentro de alguns anos.

A mudança da língua ao longo do tempo é chamada diacrônica, e a variação geográfica se chama diatópica. Portanto, existe uma variedade da língua portuguesa, falada num determinado lugar, numa determinada época e por um determinado conjunto de pessoas que, por diversas razões, elegeram-na a variedade padrão, que deve ser usada pelas autoridades, pelas pessoas cultas, pelos escritores, jornalistas, e ensinada na escola.

No entendimento de Bagno (1999, p. 23), “a língua padrão é uma variedade que tem Exército, Marinha e Aeronáutica [...], é uma variedade falada pelas pessoas que estão no poder”. Assim, cada variedade tem seus domínios próprios, cada situação de comunicação impõe uma variedade própria e correta.

Nessa perspectiva, para Castilho (1980, p. 13), a orientação normativa, voltada para a própria língua, envolve três aspectos da linguagem: “a fidelidade linguística, o privilégio da língua escrita e a lógica da língua em oposição à linguagem natural”.

A fidelidade linguística conduz à vigilância e ao policiamento para se preservar a língua da “corrupção” a que está exposta, seja pelos que não a praticam bem, seja pelo contágio de outras línguas. Essa fidelidade é fundada na língua escrita, segundo a tradição plurissecular, que gerou sentenças inibidoras como “escrever como os antigos” ou como “os nossos clássicos” e o sintagma discriminatório “português castiço”. Coerentemente com a fidelidade aos clássicos, busca-se neles a lógica da língua que deve ser reproduzida em oposição à “linguagem natural ou mecânica”, como as designaram os filósofos-gramáticos-lógicos do iluminismo francês, linguagem que não é razoada, para utilizar a expressão de seus continuadores portugueses, cuja figura exponencial é a de Jerônimo Soares Barbosa (CASTILHO, 1980).

Dessa forma, o português padrão escrito admite variantes. Tem-se conhecimento de uma linguagem padrão utilizada em textos jornalísticos e técnicos, linguagem que apresenta uma grande uniformidade gramatical, e mesmo estilística, em todo o Brasil. Nesse sentido, não se distingue linguisticamente o editorial de um jornal de Natal de um do Rio Grande do Sul, uma vez que os regionalismos não influenciam tais textos. Porém, os textos literários contêm traços do coloquial de uma ou de outra região. Portanto, pode-se facilmente identificar a região de origem do autor, como, por exemplo, Jorge Amado e Érico Veríssimo, que podem, facilmente, ser identificados, respectivamente, como baiano e gaúcho: o primeiro, pelo uso de expressões como “manhinha”, “painho” e o segundo, pelos vocábulos “thê”, “barbaridade”, “menos”, etc..

Para Bagno (1999), os motivos que levam uma determinada variedade a ser eleita como padrão nada têm a ver com as qualidades intrínsecas, linguísticas dessa variedade, pois todas as variedades de uma língua têm recursos linguísticos suficientes para desempenharem a função de veículo de comunicação, de expressão e de interação entre os seres humanos. Mas, por alguma razão, ou razões, só uma delas alcança o mérito.

Ainda, segundo Bagno (1999), na Itália, a variedade que ganhou o título de padrão, o italiano, é a língua originária de uma região chamada Toscana. Essa região teve uma importância muito grande durante vários séculos, sendo a cidade de Florença sua capital política e cultural. Também foi um dos pólos do Renascimento, grande movimento cultural europeu que revolucionou todos os gêneros artísticos e literários da época. Nesse período trabalharam e viveram gênios como Leonardo da Vinci, Michelangelo e Botticelli. Na língua toscana, foram escritas algumas das obras-primas da literatura mundial: a **Divina Comédia**⁵, **As Poesias de Petrarca** e o **Decamerão**.⁶ Tamanho prestígio fez com que o toscano se tornasse, pouco a pouco, a língua de cultura de toda a Itália, mesmo existindo naquele país dezenas e dezenas de línguas diferentes, chamadas dialetos, falados por milhões de pessoas e, além disso, veículos de importantes manifestações culturais.

Outro exemplo, a Espanha, onde a língua oficial se originou numa região chamada Castela e, por isso, até hoje chama-se o espanhol castelhano, pois foram os reis de Castela que, com muitas lutas e guerras, conseguiram expulsar os árabes, que dominaram a Península Ibérica por quase oitocentos anos. Isso fez com que a sua língua se impusesse a todos os demais habitantes do país. Existem na Espanha línguas faladas por muita gente, com grande tradição cultural - o catalão, o basco, o galego - mas que não conquistaram a importância política do castelhano.

No Brasil, a colonização começou pelo Nordeste. Naquela região, estão as cidades mais antigas do país: Salvador, Olinda, Recife. A descoberta do ouro, em Minas Gerais, provocou a transferência da capital da Colônia para o Rio de Janeiro, em 1763. Assim, esse Estado assumiu o primeiro lugar em importância econômica, política e, conseqüentemente, cultural. Com o século XX, a crescente industrialização de São Paulo o levou a compartilhar essa importância com a cidade carioca. Mais tarde, o peso cultural e político de Minas Gerais começou a despontar. Tudo isso fez com que o português formal, empregado pelas classes sociais privilegiadas, residentes no triângulo formado pelas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, começasse a ser considerado o modelo a ser imitado, a norma a ser seguida, ou seja, o português padrão do Brasil (BAGNO, 1999).

⁵ Obra de Dante Alighieri.

⁶ Obra de Bocácio.

Portanto, pode-se considerar que essas são algumas das variáveis que influenciam na escolha de uma língua como padrão.

Dessa forma, o português padrão consiste numa variedade culta, oficial, usada na literatura, nos meios de comunicação, nas leis e nos decretos do governo, ensinada nas escolas, explicada nas gramáticas, definida nos dicionários, a qual chegou ao posto de variedade padrão por motivos que não são de ordem linguística, mas histórica, econômica, social e cultural.

A linguagem coloquial ou não padrão, assim como o português padrão, apresenta variedades de acordo com as diferentes regiões geográficas, classes sociais, faixas etárias e níveis de escolarização em que se encontram as pessoas que os falam. No entanto, existem alguns traços linguísticos comuns a todas essas variedades, como, por exemplo, a não utilização de “s” e “r” finais na linguagem oral coloquial, como também a monotongação de ditongos “ou” em final de sílabas e palavras.

Na concepção de Bagno (1999, p. 26),

o português não padrão é a língua da grande maioria pobre e dos analfabetos do nosso povo. É também, conseqüentemente, a língua das crianças pobres e carentes que frequentam as escolas públicas. Por ser utilizada por pessoas de classes sociais desprestigiadas, marginalizadas, oprimidas pela terrível injustiça social que impera no Brasil, o português não padrão é vítima dos mesmos preconceitos que pesam sobre essas pessoas. Ele é considerado ‘feio’, ‘deficiente’, ‘pobre’, ‘errado’, ‘rude’, ‘tosco’, ‘estropiado’.

Quando crianças, convivem quase que exclusivamente com o português não padrão, chegam à escola e sofrem certa discriminação tanto por parte dos professores quanto dos colegas. Essa condição contribui para que se sintam rejeitados e, até mesmo, considerem-se incapazes de aprender qualquer coisa. Da mesma forma, o professor também tem a sensação de estar ensinando alguma coisa a alguém que nunca terá condições de aprender. Assim, o aluno fica desestimulado a aprender e o professor desestimulado a ensinar.

Na opinião de Silva (1995, p. 13), nenhum linguista que trabalhe com a língua, enquanto fenômeno social, desconhece o prestígio ou o estigma de variantes linguísticas. Também há um consenso em que, “nas sociedades estratificadas em classes, as variantes não prestigiadas serão estigmatizadas e são o arame farpado mais poderoso para bloquear o acesso ao poder”.

Irene, personagem do livro **A língua de Eulália**, de Bagno (1999), por meio de seu depoimento, adverte que não reivindica a substituição da variedade padrão

pela não padrão como objeto de ensino na escola, mas que ela seja ensinada como outra variedade, que a pessoa possa utilizar-se também dela, enriquecendo assim sua bagagem linguística. Considera que a existência de uma variedade padrão é desejável e necessária para que exista um meio de expressão comum a todas as pessoas cultas de um país.

De modo geral, pode-se dizer que a variedade coloquial é utilizada na fala; já a variedade padrão é própria da escrita. No entanto, o autor de um romance pode incluir muitos traços coloquiais nos diálogos, a fim de dar-lhes maior realismo ou, inversamente, alguém pode tentar falar estritamente segundo o padrão ao fazer um discurso ou uma declaração em público. No quadro 1, tem-se uma síntese do que se encontra como particularidades de registro de cada modalidade da língua portuguesa.

| Português não padrão | | Português padrão | |
|---|---|--|--|
| Natural | Sua lógica de funcionamento segue as tendências naturais da língua, que criam regras que são automaticamente respeitadas pelo falante. | Artificial | Sofre as limitações impostas pela sua padronização, que dita regras para serem memorizadas e que exigem treinamento para serem obedecidas. |
| Transmitido | É transmitido de geração para geração, é um patrimônio linguístico que é compartilhado no convívio com a família e com as pessoas da mesma classe social. | Adquirido | É adquirido na escola por meio, principalmente, da forma escrita da língua. |
| Apreendido | As regras são aprendidas naturalmente pelo falante. | Apreendido | As regras precisam ser aprendidas, decoradas, memorizadas, exigindo um treinamento linguístico especial da parte do falante. |
| Funcional | Elimina todas as regras desnecessárias e supérfluas, que se repetem e se sobrepõem. | Redundante | Faz uso de muitas regras para dar conta de um único fenômeno. |
| Inovador | Se deixa levar pelas forças vivas de mudança que estão sempre ativas na língua. | Conservador | Tem o objetivo de se manter inalterado o máximo de tempo possível. Demora tempo para aceitar algum tipo de novidade. |
| Tradição oral | É uma língua familiar, natural, aprendida. | Tradição escrita | É privilégio dos que frequentam a escola, isto é, das classes dominantes, que adquirem a variedade padrão. |
| Estigmatizado Marginal Tendências livres Falado pelas classes dominadas | | Prestigiado Oficial Tendências refreadas Falado pelas classes dominantes | |

Quadro 1 - Características do português não padrão e padrão.

Fonte: Adaptado de Bagno (1999, p. 34).

O conhecimento dessas características leva a compreender melhor a variedade existente entre a língua padrão e a não padrão e a não considerar erro a manifestação em qualquer uma das variações da língua portuguesa.

A prática tradicional de ensino da língua portuguesa no Brasil deixa transparecer, além da crença no mito da ‘unidade da língua portuguesa’, a ideologia da necessidade de ‘dar’ ao aluno aquilo que ele ‘não tem’, ou seja, uma ‘língua’. Essa pedagogia paternalista e autoritária faz tabula rasa da bagagem linguística da criança, e trata-a como se seu primeiro dia de aula fosse também seu primeiro dia de vida. Trata-se de querer ‘ensinar’ ao invés de ‘educar’ (BAGNO, 1999, p. 58).

Nesse sentido, as escolas, por meio das gramáticas normativas, dos livros didáticos e da psicologia educacional, imbuídas da crença de que um aprendiz nada tem a mostrar, e que, ao contrário, é deficiente, carente, inepto, assumem sem disfarce a tarefa de ensinar, de incutir uma língua diferente, tida como intrinsecamente boa e perfeita. O fracasso dessa atitude fica bem claro no número de alunos que abandonam a escola. Muitos autores acreditam que isso demonstra que já é hora de tentar educar, de destravar os alunos das classes menos favorecidas economicamente, para que possam colocar para fora suas experiências, sua língua, e passem a falar por si mesmos.

Bagno (1999) ressalta que os educadores devem ter em mente que o português não padrão é diferente do português padrão, mas igualmente lógico, bem-estruturado e acompanha as tendências naturais da língua, quando não refreada pela educação formal. Acrescenta que o português não padrão não é pobre, carente, nem errado.

OS DITAMES DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS PARA O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Dada a diversidade regional, cultural e política existente no país, os PCN buscam parametrizar referências nacionais para as práticas educativas, procurando fomentar a reflexão sobre os currículos estaduais e municipais.

Nesse sentido, Rojo (2000, p. 28) concorda que:

a construção dos currículos para o Ensino Fundamental, adequados às necessidades e características culturais e

políticas regionais, deverá ser feita pelos órgãos educacionais de estados e municípios e pelas próprias escolas, com base na reflexão fomentada por estes referenciais, pautados essencialmente no processo de construção da cidadania.

Com a publicação dos PCN de Língua Portuguesa, a intenção é a de que as propostas e ideias ali apresentadas ofereçam subsídios para um ensino que permita aos alunos o uso eficaz da leitura e escrita e dos benefícios decorrentes de sua apropriação, como a diminuição do fracasso escolar e a possibilidade efetiva do exercício da cidadania.

Essa inovação dos PCN implica um grande esforço de reflexão para a transposição didática desses princípios e referenciais às práticas educativas em sala de aula. Esse esforço envolve não somente a construção de currículos plurais e adequados a realidades locais, como também a elaboração de materiais didáticos que viabilizem a implantação desses currículos.

Referindo-se ao ensino de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental, os PCN trazem a recomendação de que, ao longo dos oito anos de Ensino Fundamental, os alunos deverão adquirir, progressivamente, uma competência em relação à linguagem que lhes possibilite resolver problemas da vida cotidiana, tenham acesso aos bens culturais e participem plenamente no mundo letrado. Assim, para que essa expectativa se concretize, os PCN de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental ditam competências e habilidades que o ensino de língua portuguesa deve desenvolver nos alunos.

Desse modo, nos PCN do Ensino Fundamental (BRASIL, 1997, p. 3), encontra-se descrito que, em língua portuguesa, os alunos devem ser capazes de:

- expandir o uso da linguagem em instâncias privadas e utilizá-las com eficácia em instâncias públicas, sabendo assumir a palavra e produzir textos – tanto orais como escritos – coerentes, coesos, adequados a seus destinatários, aos objetivos a que se propõem e aos assuntos tratados;
- utilizar diferentes registros, inclusive os mais formais da variedade lingüística valorizada socialmente, sabendo adequá-la às circunstâncias da situação comunicativa de que participam;
- conhecer e respeitar as diferentes variedades linguísticas do português falado;
- compreender os textos orais e escritos com os quais se defrontam em diferentes situações de participação social, interpretando-os corretamente e inferindo as intenções de quem os produz;

- valorizar a leitura como fonte de informação, via de acesso aos mundos criados pela literatura e possibilidade de fruição estética, sendo capazes de recorrer aos materiais escritos em função de diferentes objetivos;
- utilizar a linguagem como instrumento de aprendizagem, sabendo como proceder para ter acesso, compreender e fazer uso de informações contidas nos textos; identificar aspectos relevantes; organizar notas; elaborar roteiros; compor textos coerentes a partir de trechos oriundos de diferentes fontes; fazer resumos, índices, esquemas, etc.;
- valer-se da linguagem para melhorar a qualidade de suas relações pessoais, sendo capazes de expressar seus sentimentos, experiências, idéias e opiniões, bem como de acolher, interpretar e considerar os dos outros, contrapondo-os quando necessário;
- usar os conhecimentos adquiridos por meio da prática de reflexão sobre a língua para expandirem as possibilidades de uso da linguagem e a capacidade de análise crítica;
- conhecer e analisar criticamente os usos da língua como veículo de valores e preconceitos de classe, credo, gênero ou etnia.

Da mesma forma, os PCN para o Ensino Médio (BRASIL, 1999, p. 145) abordam as competências e habilidades a serem desenvolvidas em Língua Portuguesa por meio das seguintes propostas:

a) Representação e comunicação:

- confrontar opiniões e pontos de vista sobre as diferentes manifestações da linguagem verbal;
- compreender e usar a Língua Portuguesa como língua materna, geradora de significação e integradora da organização do mundo e da própria identidade;
- aplicar as tecnologias de comunicação e da informação na escola, no trabalho e em outros contextos relevantes da vida.

b) Investigação e compreensão:

- analisar os recursos expressivos da linguagem verbal, relacionando textos/contextos, mediante a natureza, função, organização, estrutura, de acordo com as condições de produção, recepção (intenção, época, local, interlocutores participantes da criação e propagação das ideias e escolhas, tecnologias disponíveis);
- recuperar, pelo estudo do texto literário, as formas instituídas de construção do imaginário coletivo, o patrimônio representativo da

cultura e as classificações preservadas e divulgadas, no eixo temporal e espacial;

- articular as redes de diferenças e semelhanças entre a língua oral e escrita e seus códigos sociais, contextuais e linguísticos.

c) Contextualização sociocultural:

- considerar a Língua Portuguesa como fonte de legitimação de acordos e condutas sociais e como representação simbólica de experiências humanas manifestas nas formas de sentir, pensar e agir na vida social;
- entender os impactos das tecnologias da comunicação, em especial da língua escrita, na vida, nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social.

Para tanto, a organização dos conteúdos, nos PCN de Língua Portuguesa, encontra-se dividida por dois eixos: as práticas de uso da linguagem e as práticas de reflexão sobre a língua e a linguagem (BRASIL, 1999, p. 35).

Os conteúdos indicados para as práticas do eixo do uso da linguagem são eminentemente enunciativos e envolvem aspectos como: historicidade da linguagem e da língua e aspectos do contexto de produção dos enunciados em leitura/escuta e produção de textos orais e escritos; implicações do contexto de produção na organização dos discursos (gêneros e suportes) e implicações do contexto de produção no processo de significação.

Nesse sentido, os conteúdos indicados para as práticas do eixo da reflexão sobre a língua e a linguagem abrangem aspectos ligados à variação linguística; à organização estrutural dos enunciados; aos processos de construção da significação; ao léxico e às redes semânticas e aos modos de organização dos discursos.

Freitas (2000) considera que os documentos dos PCN referentes à Língua Portuguesa insistem sobre a necessidade de a escola formar leitores e escritores; alertam para que procure ultrapassar os limites estreitos de suas práticas exclusivamente escolares, conheçam e compartilhem da diversidade textual vivenciada por seus alunos.

O ensino da língua portuguesa, preconizado pelos PCN, está baseado na crítica de uma abordagem que leva a escola a trabalhar com textos fechados em aspectos e funções exclusivamente escolares e na proposição da construção de uma competência discursiva por parte de seus alunos. Os PCN insistem também na incorporação do texto literário às atividades de sala de aula, mas compreendem

a literatura em sua especificidade, levam o aluno ao fruir estético, à formação do gosto. Não usa-la de forma escolarizada para fazer provas, construir sentido único, preencher fichas ou como pretexto para o estudo da gramática. Enfim, os PCN insistem que a formação do leitor e escritor só será possível na medida em que o próprio professor se apresentar para o aluno como alguém que vive a experiência da leitura e da escrita.

Analisando o texto dos PCN, evidenciam-se concepções de linguagem, língua, texto e produção de texto a seguir apresentadas.

Por linguagem, entende-se

uma ação individual orientada por uma finalidade específica, um processo de interlocução que se realiza nas práticas sociais existentes nos diferentes grupos de uma sociedade, nos distintos momentos de sua história. Os homens e as mulheres interagem pela linguagem tanto em uma conversa informal, entre amigos, ou na relação de uma carta pessoal, quanto na produção de uma crônica, uma novela, um poema, um relatório profissional (BRASIL, 1998, p. 20).

Tem-se, portanto, uma concepção de linguagem abrangente, capaz de dar conta de diversas possibilidades de uso da língua.

De acordo com os PCN (BRASIL, 1997, p. 7):

produzir linguagem significa produzir discursos: dizer alguma coisa a alguém, de uma determinada forma, em um determinado contexto histórico e em determinadas circunstâncias de interlocução. Isso significa que as escolhas feitas ao produzir um discurso não são aleatórias - ainda que possam ser inconscientes -, mas decorrentes das condições em que o discurso é realizado.

Dessa forma, entende-se que as produções de linguagem e das significações dela decorrentes estão atreladas aos usos e às situações discursivas de um usuário capaz de interagir socialmente.

Por língua, entende-se uma realidade heterogênea, multifacetada, mutável, um conjunto de variantes linguísticas que se diferencia pelo maior ou menor grau de prestígio social a elas conferido. Dentre as variantes, apenas uma é estabelecida como língua oficial, sendo ensinada nas escolas. Há diferenças na significação, na pronúncia, no emprego de palavras, na morfologia e na construção sintática em cada variante linguística.

Aprender uma língua não é, então, somente aprender palavras e saber combiná-las em expressões complexas, mas apreender pragmaticamente seus significados culturais e, com eles, os modos pelos quais as pessoas entendem e interpretam a realidade e a si mesmas.

Pelo domínio da língua, o educando torna-se apto a integrar-se à sociedade e dela participar, expressando e defendendo pontos de vista, construindo visões de mundo, preparando-se para o trabalho e reconhecendo-se como cidadão.

A concepção de texto presente nos PCN considera texto (oral ou escrito) o produto concreto das interações verbais, isto é, a fala ou a escrita que constituam, em si mesmas, um todo unificado e coerente dentro de uma determinada situação discursiva. O que define o texto não é sua extensão, mas o fato de ser uma unidade de sentido em relação a uma dada situação.

De acordo com os pressupostos dos PCN, entende-se por produção de texto uma prática social fundamentada na interação verbal, uma forma de expressão e diálogo com o interlocutor, manifesta na maneira de ver/ler o mundo e nele se posicionar. O trabalho implicado na produção de texto envolve considerações que vão desde a análise da situação de comunicação (o que escrever? Para quem? Para quê? Como?), passando por tomadas de decisão quanto a estratégias de planejamento e organização do trabalho, seleção de ideias e informações, escolha de recursos expressivos, até a leitura crítica que orienta a revisão e a reescrita do texto produzido.

Os PCN de Língua Portuguesa (BRASIL, 1997, p. 26) trazem o comentário de que a Língua Portuguesa, no Brasil, possui muitas variedades dialetais; recomendam que o preconceito disseminado na sociedade em relação às falas dialetais deve ser enfrentado, na escola, como parte do objetivo educacional mais amplo de educação para o respeito à diferença. Para isso, e também para poder ensinar Língua Portuguesa, a escola precisa livrar-se de alguns mitos: o de que existe uma única forma “certa” de falar – a que se parece com a escrita – e o de que a escrita é o espelho da fala – e, sendo assim, seria preciso “consertar” a fala do aluno para evitar que ele escreva errado. Essas duas crenças produziram uma prática de mutilação cultural que, além de desvalorizar a forma de falar do aluno, tratando sua comunidade como se fosse formada por incapazes, denota desconhecimento de que a escrita de uma língua não corresponde inteiramente a nenhum de seus dialetos, por mais prestígio que um deles tenha em um dado momento histórico.

Portanto, os PCN ditam que cabe à escola ensinar o aluno a utilizar a linguagem oral nas diversas situações comunicativas, especialmente nas mais formais: planejamento e realização de entrevistas, debates, seminários, diálogos com autoridades, dramatizações, etc.. Trata-se de propor situações didáticas nas

quais essas atividades façam sentido de fato, pois seria descabido treinar o uso mais formal da fala. A aprendizagem de procedimentos eficazes tanto de fala como de escuta, em contextos mais formais, dificilmente ocorrerá se a escola não toma para si a tarefa de promovê-la.

Nesse sentido, espera-se que a escola propicie à criança situações de vivências e de conhecimentos que lhe assegurem um domínio linguístico capaz de garantir a produção de textos adequados às situações, de modo que ela possa ocupar posições na sociedade. Isto é, a escola deve instrumentalizar o aluno para o seu desempenho linguístico compatível com a situação social com a qual o indivíduo se depara.

METODOLOGIA

Nesta pesquisa bibliográfica, tem-se por objetivo conhecer as diferentes contribuições científicas disponíveis sobre determinado tema; ao mesmo tempo, dá suporte a todas as fases de qualquer tipo de pesquisa, uma vez que auxilia na definição do problema, na determinação dos objetivos, na construção de hipóteses, na fundamentação da justificativa da escolha do tema e na elaboração de trabalhos acadêmicos.

Para Gil (1999), a vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço.

A pesquisa bibliográfica abrange a leitura, análise e interpretação de livros, periódicos, textos legais, textos da internet, etc., quando todo material recolhido deve ser submetido a uma triagem, a partir da qual é possível estabelecer um plano de leitura.

O levantamento bibliográfico desta pesquisa consistiu na leitura dos PCN de Língua Portuguesa e dos escritos de Rojo (2000), Bagno (1999) e Castilho (1980), que tão bem discutem a questão da variação linguística. O procedimento foi, inicialmente, a seleção das princípios que regem os PCN de língua portuguesa. Na sequência, selecionou-se os itens que tratavam da língua/linguagem e, mais especificamente, das possibilidades de variação da linguagem. A partir dessas leituras foi possível delinear algumas discussões a respeito, bem como considerações sobre o assunto em questão.

DISCUSSÃO

Os professores de língua portuguesa convivem diariamente com um impasse em sala de aula no que diz respeito ao ensino da língua portuguesa. A escola reconhece o

predomínio da língua falada sobre a escrita, mas adota a linguagem formal como padrão na sala de aula. Ou seja, aceita a língua escrita como linguagem formal; por outro lado, testemunha o avanço da linguagem informal na sociedade na qual está inserida.

Autores como Castilho (1980) advertem que os professores precisam prever novas metodologias que levem em conta o que é ensinar, como ensinar, para que ensinar e para quem ensinar, isto é, propõem uma mudança de paradigmas em que as duas possibilidades de comunicação sejam contempladas, já que o dinamismo da linguagem permite essa alternativa.

Os PCN, ao adotar uma perspectiva social da linguagem, propõem que, para além da memorização mecânica de regras gramaticais ou das características de determinado movimento literário, o aluno deve ter meios para ampliar e articular conhecimentos e competências que possam ser mobilizadas nas inúmeras situações de uso da língua com que se depara, na família, entre amigos, na escola, no mundo do trabalho, etc.. Portanto, a escola deve oferecer ao aluno um contexto em que possa articular conhecimentos e competências por meio de usos da linguagem em situações específicas, para realizar determinadas atividades sociais.

Sendo a linguagem um fenômeno social e não individual, a aquisição da linguagem é um processo orientado para as condições e as interações sociais. Nesse caso, a criança experimenta a linguagem nos textos produzidos e consumidos à sua volta; vivencia a cultura de seu grupo social nas situações que são engendradas no dia a dia. Nessa perspectiva, a criança aprende a língua porque aprende a participar da vida social e, à medida que cresce, participa melhor da vida social porque sabe mais como usar os recursos linguísticos. Assim, os significados são criados pelo sistema social e são trocados pelos membros da sociedade na forma de textos.

Nesse sentido, escrever só é importante, em conformidade com a proposição de Faraco e Tezza (1992), na medida em que essa tarefa possibilite ao indivíduo o desempenho de determinados papéis em uma sociedade. Nesse caso, acredita-se na necessidade de os professores de língua portuguesa trabalharem para ampliar situações vivenciáveis pelo aluno, ou seja, ampliar o leque de possibilidades de experiências, trazendo o mundo para a sala de aula e levando o aluno a vivenciar o mundo lá fora.

De acordo com os PCN de língua portuguesa para o ensino fundamental, ao longo dos oito anos de Ensino Fundamental, espera-se que os alunos adquiram progressivamente uma competência em relação à linguagem que lhes possibilite resolver problemas da vida cotidiana, ter acesso aos bens culturais e alcançar a participação plena no mundo letrado (BRASIL, 1997, p. 33).

Já os PCN de língua portuguesa para o ensino médio trazem a recomendação de que a escola deve dar espaço para a verbalização do não dito, o que representa uma possibilidade para a construção de múltiplas identidades. Aprender a conviver com as diferenças, reconhecê-las como legítimas e saber defendê-las em espaço público fará com que o aluno reconstrua a auto estima (BRASIL, 1999, p. 142).

Nessa perspectiva, tem-se por convicção que, quanto mais se dominam as possibilidades de uso da língua, mais se aproxima da eficácia comunicativa estabelecida como norma ou a sua transgressão, denominada estilo. Assim, a opção do aluno por um ponto de vista coerente, em situação determinada, faz parte de uma reflexão consciente e assumida, mesmo que provisória. A importância de liberar a expressão da opinião do aluno permite que ele crie um sentido para a comunicação do seu pensamento. Os PCN recomendam que a situação formal da fala/escrita na sala de aula deve servir para o exercício da fala/escrita na vida social, pois compreender a língua é saber avaliar e interpretar o ato interlocutivo, julgar, tomar uma posição consciente e responsável pelo que se fala/escreve. Toda fala/escrita é histórica e socialmente situada, sua atualização demanda uma ética.

Os PCN dispõem que o ensino da Língua Portuguesa no Ensino Fundamental, no que se refere à linguagem oral, leva à compreensão do papel da escola no desenvolvimento de uma aprendizagem que tem lugar fora dela, ou seja, não trata de ensinar a falar ou a fala “correta”, mas, sim, as falas adequadas ao contexto de uso (BRASIL, 1997, p. 20).

Para a escola, essa responsabilidade é tanto maior quanto menor for o grau de letramento das comunidades em que vivem os alunos. Dessa forma, cabe à escola promover a sua ampliação de forma que, progressivamente, cada aluno se torne capaz de interpretar diferentes textos que circulam socialmente, de assumir a palavra e, como cidadão, de produzir textos eficazes nas mais variadas situações.

Cabe à escola ensinar o aluno a utilizar a linguagem oral nas diversas situações comunicativas, especialmente nas mais formais: planejamento e realização de entrevistas, debates, seminários, diálogos com autoridades, dramatizações, etc. Trata-se de propor situações didáticas nas quais essas atividades façam sentido de fato, pois seria descabido ‘treinar’ o uso mais formal da fala. A aprendizagem de procedimentos eficazes tanto de fala como de escuta, em contextos mais formais, dificilmente ocorrerá se a escola não tomar para si a tarefa de promovê-la (BRASIL, 1997, p. 27).

Sabe-se que as instituições sociais fazem diferentes usos da linguagem oral, sendo que a própria condição de aluno exige o domínio de determinados usos da linguagem oral. Nada mais natural que a escola tome para si a tarefa de moldar ou ainda adequar as situações de fala dos aprendizes as situações sociais de suas realizações. Em Bagno (1999), tem-se uma adequada forma de tratar com as variações da oralidade que poderia ser observada no contexto escolar.

Por fim, crê-se que o espaço da Língua Portuguesa na escola é garantir o uso ético e estético da linguagem verbal; fazer compreender que pela e na linguagem é possível transformar/reiterar o social, o cultural, o pessoal; aceitar a complexidade humana, o respeito pelas falas, como parte das vozes possíveis e necessárias para o desenvolvimento humano, mesmo que, no jogo comunicativo, haja avanços e retrocessos próprios dos usos da linguagem; enfim, fazer o aluno se compreender como um texto em diálogo constante com outros textos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do estudo que ora se conclui, é possível fazer-se algumas considerações importantes no que diz respeito ao ensino da Língua Portuguesa, tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio.

Os Parâmetros Curriculares em vigor permitem entender que o papel da escola é prover a formação necessária a seus alunos, de forma que sejam usuários da língua no padrão, o que lhe proporcionará condição à ocupação de posição na sociedade da qual fazem parte. Por outro lado, a literatura também traz que grande parte da clientela de Ensino Fundamental e Médio entra na escola com uma apropriação de padrões linguísticos distantes dos que a sociedade aceita e respeita, mesmo assim, à criança não pode ser dito que a linguagem que ela utiliza não é adequada. Da mesma forma, à sociedade não pode ser dito que não deva haver padrões para situações instituídas.

Portanto, crê-se a questão não é falar certo ou errado, mas saber qual forma de fala utilizar, considerando as características do contexto de comunicação, ou seja, saber adequar o registro às diferentes situações comunicativas. É saber coordenar satisfatoriamente o que falar e como fazê-lo, considerando a quem e por que se diz determinada coisa. É saber, portanto, quais variedades e registros da língua oral são pertinentes em função da intenção comunicativa, do contexto e dos interlocutores a quem o texto dirige. Em suma, a questão não é correção da forma, mas de sua adequação às circunstâncias de uso, ou seja, de utilização eficaz da linguagem, pois falar bem é falar adequadamente, é produzir o efeito pretendido. Da mesma forma, escrever corretamente também é utilizar a linguagem de forma eficaz.

Os PCN não excluem a linguagem coloquial de forma contundente, mas reconhecem a linguagem padrão como a que dá ascensão social ao indivíduo. No entanto, recomendam a uma pessoa culta que se expresse de acordo com a situação, ou seja, se um médico, por exemplo, que detém o conhecimento sobre o funcionamento do corpo humano, estiver dirigindo-se a outra pessoa que não tenha esse mesmo conhecimento, utilize a linguagem de forma que os dois tenham a mesma compreensão sobre o assunto em questão.

Conclui-se, ainda, que, na escola, cabe ao professor de Língua Portuguesa criar condições que propiciem ao aluno contato com a linguagem padrão e coloquial; nessa integração, mostrar que as variações da linguagem são aceitas de modo geral, embora existam situações em que há predomínio do uso de uma sobre a outra.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália**: novela sociolingüística. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1999.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: língua portuguesa. Brasília, 1997.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: ensino médio. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

CASTILHO, Ataliba. **A constituição da norma pedagógica do português**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo: Unicamp, v. 22, p.9-18, 1980.

FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão. **Prática de texto**: língua portuguesa para nossos estudantes. Petrópolis: Vozes, 1992.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. **Descobrendo novas formas de leitura e escrita**. São Paulo: EDUC; Campinas: Mercado de Letras, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

OSTROWER, Fayga. **Criatividade e processos de criação**. Petrópolis: Vozes, 1983.

PERINI, Mário A. **Gramática descritiva do português**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2003.

ROJO, Roxane (Org.). **A prática da linguagem em sala de aula**: praticando os PCN's. São Paulo: EDUC, Campinas: Mercado de Letras, 2000.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos. **Contradições no ensino de português**: a língua que se fala x a língua que se ensina. São Paulo: Contexto, 1995.